

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Pressão na conta de luz](#)5

Folha de S. Paulo

[Título: Tribunal de contas decide elevar valor de venda da Cesp](#)..... 14

Valor Econômico

[Título: Governo mantém data e repetirá pregão se for preciso](#)..... 19

Sumário

VEÍCULO: O Globo2

Título: Privatização emperrada.....2

Título: Maquiagem antivergonha.....3

Título: Pressão na conta de luz5

Título: Senado aprova tabela de frete e anistia de multas a caminhoneiros.....7

Título: Governo reduzirá novamente projeção do PIB9

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 10

Título: Brasil eleva vendas e ganha mais exportando aço para os EUA..... 10

Título: Senado aprova tabela do frete e anistia multas na greve dos caminhoneiros..... 12

Título: Tabelamento não deverá ser respeitado, diz presidente da Fiesp..... 14

Título: Tribunal de contas decide elevar valor de venda da Cesp..... 14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: MP do Frete é aprovada com anistia de multas.....	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Etanol ganha empurrão do Rota 2030	16
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Empresas elétricas já se movimentam para leilão de distribuidoras.....	17
Título: Governo mantém data e repetirá pregão se for preciso.....	19
Título: 'Penduricalhos' farão com que tarifa siga em alta por cinco anos, prevê associação .	21
Título: Tabela do frete desagrada setor produtivo e anistia multas	22
Título: O alarme de maio de 2018	24
Título: Destaques.....	26
Título: Disputa na CPFL Renováveis continua.....	27
Título: Tarifas dos EUA impactam os metais	28
Título: Ibovespa recua com Petrobras e Vale	29

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Privatização emperrada

Poder em Jogo

Marcado para o próximo dia 26, o leilão de seis distribuidoras de energia da Eletrobrás no Norte e Nordeste deve ser adiado. O projeto que torna viável a venda das empresas foi aprovado na Câmara e está no Senado. O líder do governo, Romero Jucá, quer excluir da lista a distribuidora de Roraima. Assim, o projeto teria de voltar à Câmara e, com o recesso, seria difícil cumprir o prazo. Jucá diz que Roraima não está integrada ao sistema nacional, depende de energia da Venezuela, e vender a empresa assim poderia levar a uma situação de risco para o estado.

Oportunidade para cobrar

O governador de Alagoas, Renan Filho, quer usar a privatização da distribuidora de energia do estado para negociar com o Planalto um abatimento na dívida com o governo federal. Ele alega que a empresa foi federalizada nos anos 90, e que Alagoas só recebeu 50% do pagamento, à época, R\$ 150 milhões. Renan Filho calcula que hoje, 20 anos depois, o valor que o estado teria a receber chega a R\$ 1,5 bilhão. A venda da empresa foi suspensa por liminar do ministro Ricardo Lewandowski.

Com Amanda Almeida

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ascânio Seleme

Título: Maquiagem antivergonha

O tsunami de corrupção que atravessa o país de maneira sistemática ao longo de décadas, e de modo crescente desde o mensalão, tem feito partidos políticos e empresas pensarem em alternativas para sobreviver ao mar de lama. Criativos e engenhosos, partidos e empresas envolvidos em escândalos estão, vejam só, mudando de nome. Algumas empresas mudaram suas cores, outras alteraram suas marcas, quase todas trocaram o nome. Em todos os casos, trata-se de simples maquiagem para esconder seus vínculos com esquemas de corrupção ou associações esquisitas. Um estudo sobre este processo de maquiagem foi feito pelas advogadas Maria Pia Bastos- Tigre Buchheim e Stella Mouzinho, sócias em um escritório de advocacia. Elas veem uma tendência que deve ser repetida nos próximos meses por empresas que queiram se descolar de episódios negativos. Mesmo empresas que não se envolveram diretamente em falcatuas, mas têm sócios ou parcerias encrencadas, estão fazendo ou vão fazer este movimento.

Com novo nome, o passado assombroso não desaparece, mas fica menos visível. Vejam o caso de quatro empresas subsidiárias da Odebrecht, a principal empreiteira do escândalo PT/Petrobras. A Braskem, braço petroquímica da empresa, mudou sua identidade visual e trocou a cor predominante do vermelho para o azul. A Odebrecht Óleo e Gás mudou o nome para Ocyan. A Odebrecht Realizações Imobiliárias virou OR, e a Odebrecht Agroindustrial atende agora pelo nome de Atvos. É assim que caminha o processo de descontaminação da marca mãe, que pretende alcançar todo o grupo. Outro nome bem conhecido dos brasileiros pelo seu envolvimento na Lava-Jato, a empreiteira Camargo Corrêa, mudou seu nome para Mover, tentando sepultar a

velha fama e seguir adiante. Em seu site o grupo diz que mudou de nome com um “forte desejo de fazer diferente”.

O Grupo Schahin, também investigado pela força tarefa de Sergio Moro, deixou um rombo de R\$ 6 bilhões na praça, mas tenta seguir suas atividades agora sob o nome de Base Engenharia e Serviços de Petróleo e Gás. Ainda no ramo do petróleo, a norueguesa Statoil está mudando seu nome para Equinor. Alega que se adapta a novos tempos, em que exploração de energia vai além do combustível fóssil, e que o nome Equinor significa igualdade (Equal) norueguesa (Nor). Pode ser, mas é fato também que a Statoil tem lama até o pescoço.

Envolvida em casos de corrupção em Angola e outros países africanos, no Brasil se associou à manjada empreiteira Queiroz Galvão. Duas outras empresas na lista das advogadas são a HRT Petróleo, que virou PetroRio, e a menos criativa de todas, a Engevix, que foi rebatizada de Nova Engevix. Pode ser que a palavra Nova empreste alguma sobriedade à empresa, mas o fato é que a velha Engevix foi apanhada no esquema de corrupção da Petrobras, e seu vice-presidente Gerson Almada acabou preso no mesmo processo que encarcerou o ex-ministro José Dirceu. As antigas empresas de Eike Batista, que tinham sempre a letra X em sua nomenclatura, mudaram de donos e de nomes. A outrora famosa OGX virou Dommo Energia.

A MPX mudou seu nome para Eneva. A LLX, empresa que opera o mega Porto de Açu, passou se chamar Prumo Logística. Todas elas fizeram a mudança para sair da sombra de Eike e da sua ruína. Para os partidos políticos, mudar de nome só serve mesmo como última alternativa para refrescar sua imagem e sanitizar seu legado. O caso mais emblemático e histórico é o da Arena, partido que apoiou a ditadura e que com a redemocratização do país mudou seu nome para PFL, depois para DEM e hoje se chama Democratas. O partido de oposição ao regime militar, o MDB, passou a ser PMDB para se adaptar a uma mudança imposta pela lei eleitoral manipulada que obrigou partidos a ter um P em seu nome.

Hoje, décadas depois, o PMDB voltou a se chamar MDB, mas em nada se parece com o partido de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. O PTN, Partido Trabalhista Nacional, fundado para absorver a migração do velho trabalhismo getulista e brizolista, virou Podemos. Continua com os mesmos donos. O PEN, fundado como Partido Ecológico Nacional, hoje é o Patriota. O presidente do partido, evangélico da Assembleia de Deus e autodeclarado conservador, andou atrás de Bolsonaro, que o esnobou. O PTdoB, outro dissidente do trabalhismo, virou Avante. E assim seguimos.

Ascânio Seleme é jornalista

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez E Manoel Ventura****Título: Pressão na conta de luz**

Tarifa deve subir 5,2% com projeto de lei, que inclui isenção à baixa renda e compensação de 'gatos'

-RIO E BRASÍLIA- A aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobrás do Norte e Nordeste vai pesar no bolso dos brasileiros. O impacto será de R\$ 7,55 bilhões por ano, o que representará aumento médio de 5,2% nas tarifas de energia, incluindo residências e empresas. A estimativa é da Abrace, que reúne grandes consumidores industriais e consumidores livres de energia.

O cálculo contempla penduricalhos incluídos de última hora no projeto, como a isenção do pagamento de conta de luz para famílias de baixa renda com consumo de até 70 kilowatts-hora (kWh) e a autorização para que duas distribuidoras que atuam na Região Norte repassem seus custos com "gatos" aos consumidores. O projeto ainda precisa ser aprovado no Senado e ser sancionado pelo presidente da República antes de entrar em vigor.

— O projeto de lei era para facilitar a privatização das distribuidoras. Mas algumas emendas, como a da tarifa social e a questão das perdas de energia (gatos), ajudam a piorar o que já está muito ruim. Está se fazendo um canibalismo do setor elétrico, e o consumidor final é sempre quem paga a conta — afirmou Edvaldo Santana, presidente da Abrace e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

MOREIRA: 'VITÓRIA DA SOCIEDADE'

Atualmente, a tarifa social funciona com um sistema de descontos. O consumidor de baixa renda tem redução de 65% no valor correspondente ao consumo registrado de até 30 kWh/ mês; de 40% na faixa de 31 kWh até 100 kWh/mês; e de 10% na faixa de 101 kWh até 220 kWh/mês. Para ter direito ao benefício, a família precisa estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do governo, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O custo dessa gratuidade é bancado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Trata-se de um fundo setorial que tem como objetivo custear as políticas públicas do setor elétrico, bancados pelas contas de luz. O projeto de lei aprovado na terça-feira concedeu isenção do pagamento de tarifa às famílias

com um limite maior para o consumo, fixado em 70 kWh mensais. Segundo a Aneel, o atual pagamento da CDE para custear a tarifa social subirá de R\$ 2,28 bilhões por ano para R\$ 3,02 bilhões por ano, caso o projeto de lei seja aprovado no Senado e sancionado pela Presidência. Essa diferença de R\$ 742 milhões terá um impacto de 0,5% nas contas de luz, diz a agência.

O cálculo coincide com o que foi feito pela Abrace, que estima impacto de R\$ 750 milhões por ano sobre as tarifas. No Twitter, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse que a aprovação do projeto “é uma vitória para a sociedade” e que a mudança no cálculo da tarifa social beneficiará nove milhões de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo. Mas a emenda foi criticada por especialistas do setor. — Isso é muito perverso, porque vai estimular o aumento do consumo pelas pessoas que serão beneficiadas pelo programa.

Atualmente, a média do consumo de energia de baixa renda já é da ordem de 125 kWh/mês. Por isso, somos contra o subsídio — destacou Santana. Outro ponto aprovado pela Câmara que vai aumentar as tarifas para todos os consumidores é a emenda que libera a Eletroacre e a Ceron (Rondônia), que operam em sistemas isolados, de repassarem a seus clientes o custo com as perdas de energia (gatos) acumulados desde 2009.

Segundo Santana, isso significa que o valor dessas perdas será integralmente bancado por todos os consumidores do país. A Abrace estima que a medida vai ter impacto de ao menos 0,7% nas tarifas de energia dos consumidores, representando um custo anual de mais R\$ 800 milhões.

PERDAS COMPARTILHADAS POR 5 ANOS

A perda de eletricidade, seja por furto ou por problemas técnicos, ocorre com todas as distribuidoras do país. A Aneel autoriza as empresas a repassarem para seus clientes uma parte dessas perdas. Algumas distribuidoras, porém, têm perdas que superam o limite autorizado pela agência e acabam tendo prejuízos. É o caso da Ceron e da Eletroacre. O projeto autoriza que esse valor além do estabelecido pela Aneel seja transferido para a conta de luz de todos os brasileiros. O argumento é a necessidade de “limpar” o balanço dessas empresas e prepará-las para a privatização.

O consumidor arcaria com as perdas até a revisão tarifária das duas distribuidoras, o que deve ocorrer quatro a cinco anos após a privatização das empresas. Já o custo da privatização em si das distribuidoras é estimado em R\$ 6 bilhões — o que representa quatro pontos percentuais do aumento médio de 5,2% na conta, estima a Abrace.

— Para tornar as distribuidoras atraentes para serem vendidas, todos vão ter que pagar por isso. Somos a favor da privatização, mas a um custo de R\$ 6 bilhões? Isso é justo? — indagou a assessora jurídica da Associação Brasileira dos Consumidores de Energia (Anace), Mariana Amim.

DISTRIBUIDORAS COM PERDAS BILIONÁRIAS

Apesar dos penduricalhos incluídos pelo Congresso, o projeto de lei é considerado fundamental para o sucesso da privatização das seis distribuidoras de energia da Eletrobras. Altamente deficitárias e com problemas operacionais, as seis empresas atuam em Alagoas, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí. Por conta das dívidas — são R\$ 35,333 bilhões no total — e da necessidade de altos investimentos, o edital prevê que cada uma será vendida por R\$ 50 mil.

Entretanto, os novos concessionários terão que fazer R\$ 2,4 bilhões em investimentos imediatos. O prejuízo acumulado pelas seis distribuidoras até 2016 era de R\$ 15,436 bilhões. O governo já decidiu que, se a privatização não for concluída até 31 de dezembro, as empresas serão liquidadas. Isso traria um custo de cerca de R\$ 25 bilhões para a Eletrobrás, segundo a própria empresa. No fim, a conta seria bancada por todos os contribuintes de qualquer forma.

Por essa razão, Adriano Pires Rodrigues, diretor-executivo do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), é favorável à aprovação do projeto. — O benefício da privatização no médio e longo prazos será maior do que as perdas. Porque, hoje, as distribuidoras são deficitárias, ineficientes, sem recursos para investir na melhoria da qualidade dos serviços.

Estamos fazendo a transição de um modelo do setor elétrico altamente ineficiente para outro mais eficiente. Não tem jeito, é preciso pagar essa conta — destacou Adriano, para quem, no caso da tarifa social, o texto aprovado torna mais claro quem tem direito a esse benefício.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Gabriela Valente E Leticia Fernandes

Título: Senado aprova tabela de frete e anistia de multas a caminhoneiros

Medida segue para sanção de Temer. AGU vai propor veto a perdão de R\$ 700 milhões

-BRASÍLIA- Menos de quatro horas depois de a Câmara dos Deputados aprovar a medida provisória (MP) que anistia as multas de trânsito ou decisões judiciais

aplicadas durante a greve dos caminhoneiros, o Senado deu seu aval à proposta.

A MP que cria uma tabela para o frete — e que inclui a anistia — foi uma das pautas votadas de forma simbólica ontem, antes do recesso parlamentar. Com a nova lei, mais de R\$ 700 milhões em multas aplicadas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) serão perdoadas, caso o presidente Michel Temer sancione o texto.

A Advocacia-Geral da União (AGU) já avisou que recomendará a Temer que veto o perdão. O argumento é que multas judiciais só podem ser perdoadas por decisões da própria Justiça. Nesse caso, segundo a AGU, caberia apenas ao STF rever as multas. Para o órgão, ao perdoar multas impostas pelo Judiciário, o Congresso invade a separação de poderes. A anistia foi incluída na MP que estabeleceu uma tabela com preços mínimos para os fretes.

O tabelamento atende a uma das principais reivindicações dos caminhoneiros para encerrar a greve, realizada em maio e que durou dez dias. As multas se referem ao descumprimento de uma liminar concedida pelo ministro do STF Alexandre de Moraes no quinto dia de movimento dos caminhoneiros, que determinava o desbloqueio de rodovias em todo o país sob pena de multa de R\$ 100 mil por hora. — A anistia é para as multas que foram colocadas na conta das empresas.

Elas não tiveram como trabalhar (durante a greve), e algumas não têm como pagar as multas — disse o autor da emenda da anistia, deputado Nelson Markezelli (PTB-SP). Responsável pela articulação política do Planalto, Carlos Marun afirmou que o governo pode vetar trecho da proposta aprovada pelo Congresso no caso de multas aplicadas em caminhoneiros sobre os quais há “convicção” de que se envolveram na prática de locaute — quando empregadores estimulam a greve de seus funcionários — o que é vedado por lei: — Vamos receber o texto aprovado e podemos, sim, avaliar algum tipo de veto no caso das multas judiciais que foram aplicadas em transportadores contra os quais existe convicção de que houve atitude criminosa de locaute.

ANISTIA A QUEM DESOBEDECEU TABELA

O ministro afirmou também que, a despeito das críticas de setores da indústria, a aprovação da medida era o melhor para pacificar o país: — Neste momento não temos dúvida que essa tabela de preço mínimo para o frete é necessária para a própria pacificação do país. A medida foi colocada em votação após pressão de caminhoneiros, que ocuparam parte das galerias do plenário da Câmara. Havia uma ameaça de novas paralisações.

A categoria tinha pressa na votação da matéria porque queria reforçar o tabelamento do frete antes da audiência com o ministro Luiz Fux, do STF, no dia 27 de agosto. O ministro é relator de ações apresentadas por entidades representativas do setor produtivo contra a medida.

Durante a votação, o relator da proposta, deputado Osmar Terra (MDB-RS), apresentou novas mudanças ao texto, depois de negociações com o setor agropecuário. Uma delas concede outra anistia, dessa vez de indenização devida por aqueles que desobedeceram a tabela de frete a partir do dia 30 de maio, quando a MP já estava vigente. Outra emenda garante a observância do frete mínimo inclusive para o subcontratado. O texto estabelece ainda que, a partir de 20 de julho, caberá multa para punir o caminhoneiro que operar preços diferentes do estabelecido.

O projeto também obriga a ANTT a publicar uma nova planilha de preços sempre que o valor do óleo diesel no mercado nacional variar mais do que 10%, para mais ou para menos. O relator, que é próximo aos caminhoneiros, estabeleceu que a tabela mantenha o preço mínimo, mas passe a considerar todos os custos da categoria em seu cálculo.

Isso inclui despesas com diesel, pedágio, desgaste do caminhão, alimentação e hospedagem dos caminhoneiros. Terra destaca no relatório que a política de preços mínimos tem abrangência nacional e que a contratação do serviço por preço inferior ao fixado na tabela é ilegal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento

Título: Governo reduzirá novamente projeção do PIB

Por causa da greve, estimativa para este ano cairá dos atuais 2,5% para algo entre 1,5% e 1,8%

-BRASÍLIA- Com o efeito da greve dos caminhoneiros, a equipe econômica reduzirá a projeção para o crescimento da economia em 2018. A previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano cairá dos 2,5% estimados oficialmente para algo entre 1,5% e 1,8%. O governo já sabe que 2019 também será afetado. A estimativa para o crescimento da atividade no ano que vem, que chegou aos 3,3% em cenários mais otimistas, não é mais realista.

Fontes da equipe econômica afirmam que o novo patamar ficará abaixo dos 3%. O governo refina os dados que tem sobre a atividade no segundo trimestre do ano para bater o martelo sobre o PIB de 2018. O dado tem que ser divulgado

até o fim da próxima semana, quando vence o prazo para publicação do relatório bimestral de receitas e despesas.

Já se sabe que os dez dias de paralisação levarão o desempenho do segundo trimestre para próximo de zero. O cenário mais pessimista envolve uma pequena retração na economia entre abril e junho, de cerca de 0,1%.

IMPACTO DA PARALISAÇÃO

Os técnicos do governo, contudo, mantêm o discurso de que o impacto da greve é pontual e estimam aceleração do PIB na segunda parte do ano. A percepção é que as incertezas atuais não são suficientes para tirar o país da trajetória de crescimento. — A greve teve impacto forte tanto na produção quanto nas expectativas. Mas acreditamos que é pontual, porque, em junho, já tivemos recuperação de alguns números.

O problema é que o desempenho estatístico do segundo trimestre tem um efeito no PIB do ano — diz uma fonte. Além da greve, contaram para a revisão do PIB o não avanço de pautas importantes para o governo no Congresso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Brasil eleva vendas e ganha mais exportando aço para os EUA

Forte demanda americana e alta no preço beneficiam países que estão fora da taxa

As siderúrgicas brasileiras ampliaram fortemente as vendas para os Estados Unidos em junho, no primeiro mês de vigência das cotas criadas pelo governo de Donald Trump para limitar a entrada de aço e alumínio do exterior. Em relação a junho do ano passado, as exportações de aço do Brasil aos EUA quase triplicaram. Na comparação com maio (quando a produção caiu sob impacto da greve dos caminhoneiros), as vendas aumentaram 395%, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior levantados a pedido da Folha.

A alta ocorreu apesar da iniciativa do governo do republicano de frear as compras no exterior para incentivar a indústria americana. Em parte, o movimento se deve à recomposição das vendas após um maio atípico no Brasil. Mas também tem relação com a explosão do preço dos produtos siderúrgicos no mercado americano.

A bobina de aço laminado a quente, negociada em contratos com vencimento em julho na Bolsa de Nova York, alcançou US\$ 916 nesta quarta-feira (11), alta de 48% em relação à cotação esperada um ano atrás. Os preços começaram a acelerar no fim de fevereiro, quando Trump indicou que levantaria as barreiras ao produto importado.

A alta acelerada de preços no último mês levou o secretário de comércio, Wilbur Ross, a ameaçar punir empresas que, segundo ele, estejam lucrando de maneira ilegítima com as tarifas que elevaram do dia para a noite o aço importado em 25%.

Brasil, Coreia do Sul e Argentina se livraram do aumento. Mas se comprometeram em limitar as exportações à média dos últimos três anos, o que no caso do Brasil deve implicar uma redução das vendas do aço semiacabado neste ano em 7% — o que até agora está longe de acontecer.

De janeiro a junho, as siderúrgicas brasileiras elevaram em 10% o volume de aço vendido aos Estados Unidos. Com a escalada de preços, as receitas com as exportações subiram 32,5%.

Um empresário do ramo siderúrgico contou à reportagem, sob a condição de anonimato, que, com a sobretaxa imposta à maioria dos países, todos passaram a vender aço pelo menos 25% mais caro nos EUA.

Os que ainda têm espaço dentro da cota para vender estão tentando exportar o mais rapidamente possível, para tentar aproveitar a onda de alta de preços. Alguns produtos, no entanto, como os tubos de aço revestidos sem costura, já bateram no limite. Novas vendas, só em 2019.

A elevada demanda por aço importado somada à limitação de oferta levou empresários americanos a especularem se o governo dos EUA vai autorizar a ampliação da compra de Brasil, Argentina e Coreia do Sul, mediante pedido de importadores locais. Mas o Itamaraty nega que haja negociação neste sentido.

Por ora, o governo Trump tenta administrar os milhares de pedidos de importação sem taxa extra do aço vindo de países como China, Suécia, Bélgica, Alemanha e Japão. Todos estão hoje sujeitos à sobretaxa de 25%.

Em audiência no Senado americano, no último dia 20, Ross afirmou que o Departamento de Comércio recebeu mais de 20 mil pedidos de exclusão da sobretaxa por importadores americanos.

Naquele momento, o secretário disse que havia concluído a análise de apenas 98 solicitações, das quais 42 foram aprovadas.

O efeito de alta de preços era esperado por economistas críticos ao protecionismo de Trump, que viam na tentativa de barrar importações, no momento em que a economia dos EUA acelera, um sinal verde para remarcações.

O presidente da AEB (associação de comércio exterior do Brasil), José Augusto de Castro, observa que a expectativa é que o preço do aço siga sob pressão nos EUA, na esteira do maior crescimento da economia americana, o que dará ganhos adicionais ao exportador brasileiro que ainda tiver espaço na cota para vender.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Angela Boldrini, Bernardo Caram e Talita Fernandes

Título: Senado aprova tabela do frete e anistia multas na greve dos caminhoneiros

Texto, que traz preços mínimos para o transporte de carga, segue agora para sanção presidencial

O Senado aprovou nesta quarta (11) a medida provisória que define preços mínimos para o frete. O texto segue para sanção presidencial.

Na proposta, foi incluído artigo que anistia multas de trânsito e sanções judiciais aplicadas aos caminhoneiros entre os dias 21 de maio e 4 de junho, durante a paralisação da categoria.

A anistia, polêmica, tinha sido retirada da proposta do marco regulatório dos caminhoneiros, aprovado na Câmara no mês passado.

Segundo o relator do projeto, Osmar Terra (MDB-RS), o artigo da anistia será vetado pelo presidente Michel Temer. A promessa de veto foi feita para costurar um acordo entre parlamentares para que a votação fosse simbólica, sem registro nominal dos votos.

Na própria base, porém, há ceticismo com relação ao veto. Eles acreditam que será difícil o presidente retirar o artigo, comprando briga com os caminhoneiros.

O ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo) relativizou o compromisso do veto. Segundo ele, o governo ainda aguarda a chegada do texto final para decidir.

Na avaliação do ministro, há possibilidade de que o governo modifique o texto porque a isenção incluía multas aplicadas às transportadoras que teriam feito locaute.

“Existe convicção de que houve atitude criminosa de locaute. É um processo que queremos verificar o texto final e avaliar, mas é possível sim que haja vetos.”

A MP teve rápida tramitação no Senado. A proposta foi aprovada em poucos minutos na tarde desta quarta na Câmara e, no mesmo dia, teve a aprovação dos senadores. Normalmente, a Casa pede ao menos uma semana entre a chegada do texto da Câmara e a votação no Senado.

Pela proposta, o transporte rodoviário de cargas deverá ter seu frete remunerado em patamar igual ou superior aos preços mínimos definidos pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Os valores, segundo a MP, deverão refletir os custos operacionais do transporte, prioritariamente com base no preço do diesel e dos pedágios.

Segundo o texto, caberá à ANTT elaborar uma tabela semestral com os preços de fretes, que será publicada nos dias 20 de janeiro e 20 de julho.

A medida provisória foi uma das exigências dos caminhoneiros que paralisaram as rodovias do país por dez dias.

Mesmo dentro do governo, a medida é polêmica. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, já chegou a afirmar que é contrário ao tabelamento.

O Ministério da Fazenda, por sua vez, emitiu uma nota técnica na qual critica o tabelamento, que, segundo apas-ta, poderia trazer risco de criação de um “cartel institucionalizado pelo Estado”.

No projeto, ficou estabelecido também que, a partir do dia 20 de julho, a empresa que descumprir o tabelamento terá de pagar o dobro do valor devido ao caminhoneiro.

O texto anistia essas punições relacionadas ao descumprimento da tabela recebidas entre os dias 30 de maio e 19 de julho, já durante a vigência da medida provisória.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Tabelamento não deverá ser respeitado, diz presidente da Fiesp

Uma tabela de frete no Brasil é inviável e não deverá ser respeitada pelas empresas, segundo o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), José Ricardo Roriz Coelho.

“É um mercado com concorrência enorme. Por mais que a solução de tabelamento tenha sido a única forma de resolver a paralisação no calor do momento, é inviável, mesmo no curto prazo. A tendência é que os preços não sejam respeitados”, disse.

O tabelamento deverá gerar um gasto adicional de R\$ 3,3 bilhões à indústria paulista neste ano, entre os meses de junho e dezembro, segundo levantamento da Fiesp. Por mês, seriam R\$ 469,6 milhões.

Em uma consulta a 400 empresas no estado, metade (50,1%) das companhias ouvidas afirmam que já sentiram uma alta no preço dos insumos cujo valor do frete é pago pelo fornecedor —um impacto que já seria de 2% sobre o gasto com insumos.

“Principalmente em setores como a construção civil e a agricultura, o peso do custo de frete é muito alto. Em produtos como cimento, areia, fertilizante, o frete representa mais de 50% do preço, então qualquer aumento encarece muito”, diz Roriz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Tribunal de contas decide elevar valor de venda da Cesp

O TCU decidiu nesta quarta-feira (11) que o **Ministério de Minas e Energia** reveja o valor mínimo do bônus de outorga fixado para o leilão de privatização da elétrica paulista Cesp, agendado para 2 de outubro, o que poderá elevar a cobrança em 20%.

O governo havia decidido cobrar ao menos R\$ 1,1 bilhão em bônus de outorga, em troca de uma renovação por 30 anos do contrato da hidrelétrica Porto Primavera, principal ativo da companhia, controlada pelo governo paulista.

Mas o relator do processo no TCU, Augusto Cavalcanti, disse que é preciso um ajuste que deverá elevar o valor da outorga em mais de R\$ 230 milhões, para R\$ 1,33 bilhão. A Cesp foi avaliada em R\$ 4,7 bilhões. O bônus de outorga será pago à parte, à União.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues Camila Turtelli / BRASÍLIA

Título: MP do Frete é aprovada com anistia de multas

Medida libera caminhoneiros de pagarem R\$ 715 mi em multas aplicadas na greve

Deputados e senadores aprovaram ontem a medida provisória que permite o estabelecimento de preços mínimos para os fretes rodoviários. O texto vai agora para sanção do presidente Michel Temer. Foi incluída na MP anistia às multas de trânsito aplicadas aos caminhoneiros e empresas de transporte que não retiraram seus caminhões das rodovias entre os dias 21 de maio e 4 de junho deste ano. Já para quem contratou fretes, a anistia a multas pelo não cumprimento da tabela foi maior, entre 30 de maio e 19 de julho.

No período estipulado pela anistia, foram aplicadas pelo STF multas a 151 empresas no valor de R\$ 715,1 milhões. Sob pressão dos caminhoneiros no Congresso, Câmara e Senado votaram a MP no mesmo dia, com diferença de horas. O texto determina que os preços mínimos devem refletir custos operacionais do transporte e devem ser divulgados com base em regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, incluindo custos referentes ao óleo diesel e aos pedágios. A ANTT deverá publicar os preços mínimos levando em consideração distâncias e especificidades de algumas cargas.

Uma nova tabela deve ser publicada pela ANTT sempre que houver oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional – em mais de 10% ante o preço usado na planilha de cálculos dos preços mínimos. Paralisação. O tabelamento de preços mínimos para o frete foi autorizado pelo presidente Michel Temer no fim de maio, em meio às negociações para o fim da paralisação dos caminhoneiros, que provocou uma crise de abastecimento no País.

Depois de editada, a MP foi questionada na Justiça, principalmente pelo agronegócio e pela indústria, que criticaram o aumento dos custos do deslocamento. Em junho, o ministro Luiz Fux, relator das ações que questionam a proposta no Supremo Tribunal Federal, suspendeu os processos que tramitavam em instâncias inferiores, até que decisão sobre a legalidade da medida e sobre se mantém ou suspende a MP fosse tomada. O texto aprovado ontem prevê ainda que os preços mínimos para o frete têm natureza vinculativa e, se forem desrespeitados, podem levar o infrator a indenizar o transportador.

A emenda que prevê anistia para as multas e sanções aplicadas aos caminhoneiros durante a paralisação foi apresentada pelo deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP). O texto inclui anistia tanto às multas de trânsito – aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal – quanto às resultantes de decisões judiciais. Marquezelli é dono de uma transportadora. Ele nega conflito de interesses e diz que a empresa hoje é dos filhos. Ainda pela manhã, os caminhoneiros se reuniram com o relator do projeto na Câmara, deputado Osmar Terra (MDB-RS), e negociaram pontos para que o projeto pudesse entrar na pauta do dia.

Uma das questões, segundo o caminhoneiro autônomo Wallace Landim, conhecido como "Chorão", foi a anistia das multas. Terra, porém, disse que o artigo da anistia será vetado pelo presidente. Responsável pelo pedido de multas às empresas que apoiaram a paralisação, a Advocacia- Geral da União (AGU) diz que a anistia pelo Congresso às punições aplicadas pela Justiça é inconstitucional / COLABOROU AMANDA PUPO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Etanol ganha empurrão do Rota 2030

A assinatura do programa Rota 2030, na última semana, deixou o setor de etanol empolgado. Isso porque os incentivos previstos para pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias deverão antecipar a viabilidade econômica dos carros movidos a célula de etanol – tecnologia que poderá triplicar a autonomia dos veículos. Para Antonio Megale, presidente da Anfavea, o futuro da indústria, antes mesmo dos elétricos, é o híbrido flex. “Estamos convencidos de que essa é a melhor tecnologia para a frota brasileira, em um país rico em combustíveis vegetais e com fartura de opções energéticas.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e Rio****Título: Empresas elétricas já se movimentam para leilão de distribuidoras**

As principais companhias do setor de distribuição de energia do país estão se movimento para o leilão das seis distribuidoras da Eletrobrás à venda, apurou o **Valor**. As duas empresas do Nordeste (Ceal, do Alagoas e Cepisa, do Piauí) são as mais atrativas, mas a expectativa é que, havendo segurança jurídica e legal, todas as seis concessionárias podem ser privatizadas.

A participação dos investidores no leilão depende ainda da aprovação pelo Senado e do sancionamento presidencial do projeto de lei (PL) 10.332, que viabiliza a venda das empresas do Norte, e também da derrubada de uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Levandowski que veta a venda da Ceal.

A Equatorial Energia estava avaliando todas as distribuidoras, mas deve concentrar seus esforços nas quatro localizadas no Norte: Eletroacre, Amazonas Energia, Ceron (Rondônia) e Boa Vista (Roraima).

A companhia é a preferida para ficar com a Amazonas Energia, a mais problemática das distribuidoras da Eletrobrás, por sua experiência na recuperação da Celpa (Pará) e da Cemar (Maranhão).

Além da Equatorial, a Amazonas Energia também atraiu a atenção de uma companhia local do Amazonas, a Oliveira Energia, que atua com locação e manutenção de geradores na região e arrematou três contratos como produtora independente de energia no último leilão de sistemas isolados do Amazonas. Segundo uma fonte, a empresa acessou o "data room" da distribuidora amazonense.

A gestora Vinci Partners é outra que está interessada nas companhias no Norte, e sua participação no leilão depende de conseguir levantar os recursos para isso. Segundo fontes, as prioridades da Vinci são Ceron e Eletroacre.

A Vinci Partners também teria interesse nas distribuidoras do Nordeste, mas a expectativa de que as duas atrairão grande competição deve afastar a gestora dos ativos, pela possibilidade de um desembolso muito elevado.

Para Ceal e Cepisa, as principais candidatas são Energisa e Neoenergia, apurou o **Valor**. As duas companhias têm concessões de distribuição na região e teriam ganhos expressivos com sinergias.

A derrota para a Enel na disputa pela Eletropaulo é outro fator que aumentou o interesse pelas distribuidoras, principalmente no caso da Neoenergia, que é controlada pela espanhola Iberdrola.

O **Valor** apurou que, após perder a disputa pela distribuidora de energia paulista, a Neoenergia tem trabalhado intensamente para arrematar a Ceal e a Cepisa, situadas em área de atividades da companhia, que já possui três distribuidoras no Nordeste - Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN) -, além de empreendimentos de geração e transmissão de energia.

Devem ficar de fora, segundo fontes, CPFL Energia e Enel. A primeira, embora vá avaliar os ativos pelo seu dever com os acionistas, não deve fazer investimentos relevantes enquanto a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da CPFL Renováveis não for resolvida.

Já a Enel está com "muita coisa no prato", segundo fontes, depois das aquisições da Eletropaulo e da Celg, duas concessões que exigem investimentos significativos.

Procurada, a Enel informou que "está atenta a oportunidades no setor elétrico brasileiro como um todo, mas não comenta sobre ativos específicos". Já a Neoenergia informou que aguarda a aprovação pelo Senado e a sanção presidencial do PL 10.332 para avaliar as condições e definir se participará ou não do leilão. Energisa e Vinci Partners não se manifestaram sobre o assunto. O **Valor** não conseguiu contato com a Equatorial.

No governo, o entendimento interno é de que a aprovação do PL é fundamental para a venda da Amazonas Energia e a Boa Vista Energia. Para essas duas empresas, o leilão pode ser adiado, caso o PL não seja aprovado até 26 de julho.

Sobre Ceal e Cepisa, a avaliação do Planalto é a de que as duas distribuidoras podem ser vendidas facilmente. O problema hoje é a liminar do STF que suspende especificamente a privatização da distribuidora alagoana. "É certo que algumas empresas irão à venda dia 26 de julho", disse uma fonte.

O governo tem adotado extrema cautela para evitar a ocorrência de um leilão vazio. Isso porque um resultado negativo no leilão poderia fortalecer o argumento da oposição de que o negócio é inviável de modo que deveria ser prestado por empresa estatal, com recursos subsidiados pelo consumidor.

A aprovação do PL na Câmara e aumentou as expectativas do mercado em relação ao sucesso das vendas. A ação ordinária (ON) da estatal subiu 2,19% ontem, a R\$ 14,44, depois de ter subido mais de 7% durante o dia. As preferenciais classe B (PNB) subiram 2,17%, a R\$ 16,92. Ao longo pregão, a PNB chegou a subir 4%.

Ao mesmo tempo em que o PL é fundamental para a Eletrobrás e foi comemorado pelo mercado, as mudanças previstas devem trazer pressões tarifárias, alerta Evaldo Santana, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Segundo ele, as medidas vão trazer uma conta muito grande para os consumidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Governo mantém data e repetirá pregão se for preciso

O governo está decidido a manter no dia 26 de julho o leilão de venda das distribuidoras operadas pela Eletrobrás. Mesmo sem a votação pelo Senado do projeto de lei que daria mais segurança jurídica ao negócio, a decisão é preservar o cronograma.

Fontes no **Ministério de Minas e Energia** reconhecem que não se trata do cenário ideal e que a atratividade de algumas distribuidoras, principalmente a Amazonas Energia, diminui sem a aprovação do PL. Acreditam, porém, que a perspectiva real de votação da proposta em agosto possa acalmar os investidores e fazê-los entrar com mais confiança no leilão.

Se ainda assim não houver interessados, o governo cogita repetir o certame algumas semanas depois, quando aposta que o projeto de lei terá sido finalmente aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer. Na avaliação do ministério, distribuidoras como a Cepisa (PI) não têm sua atratividade afetada e a chance de venda é considerada bastante elevada. "O risco de dar vazio é zero", afirma um funcionário de primeiro escalão.

Após o aval da Câmara dos Deputados, que concluiu a apreciação do PL na terça-feira à noite, o governo sonhou concluir a tramitação antes do início do recesso parlamentar e tentou já obter um sinal verde do Senado. O projeto entrou na casa ontem e o dia foi de negociações para tentar um requerimento de urgência, que permitira pular a tramitação nas comissões e levar o PL diretamente para o voto em plenário. Porém, diante da resistência de parlamentares do Norte e Nordeste e da falta de consenso entre líderes, isso acabou não acontecendo.

Depois da sessão, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) e o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE) disseram que a votação deve ficar para agosto. O recesso parlamentar no entanto começa apenas no próximo dia 17 e nos bastidores não se descarta nova manobra.

Jucá deve assumir a relatoria do projeto e encabeçou as tentativas de acelerar a votação. Para isso, teria sido necessária a aprovação de um requerimento de urgência. A ideia ontem era, e continuará sendo em agosto, aprovar o texto sem mudanças em relação à Câmara dos Deputados. Modificações remeteriam o PL de volta à casa de origem, aumentando a demora.

Algumas emendas incluídas foram duramente criticadas no setor elétrico, como o artigo que transfere para consumidores de todo o país a conta com o furto de energia nas distribuidoras à venda, que têm alto índice de "gatos". Mas, por enquanto, o governo evita falar em vetos ao texto aprovado pelos deputados e avalia que entrar nesse assunto só aumentaria a resistência política.

Em um sinal de que a tramitação no Senado pode não ser tão tranquila como gostaria o governo, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu que o projeto de lei seja analisado em comissão e não seja votado diretamente em plenário. "Não tem como, só se rasgarem o regimento, se passarem por cima", afirmou.

"Como é que você vai vender um patrimônio da União em regime de urgência? Estão ficando doidos?", alegou Braga, que foi ministro de Minas e Energia da ex-presidente Dilma Rousseff. Para o senador, a matéria não foi debatida o suficiente. "A discussão da Câmara não é a discussão do Senado. Nem sabemos o que eles votaram ontem", acrescentou.

Braga admitiu ser contra a privatização da distribuidora do seu Estado, a Amazonas Energia, se não ficar claro a quem serão endereçadas as dívidas da companhia. "Na perspectiva do meu Estado, somos contra a privatização. Como é que vai privatizar uma empresa que tem R\$ 20 bilhões em dívidas com a Petrobras? Quem vai pagar essa conta? O consumidor? Quem for comprar isso vai querer passar para o consumidor local, para nós do Amazonas, que já temos a terceira tarifa mais alta do país."

A aprovação do PL, que viabiliza a atratividade econômico-financeira das companhias, faz diferença para o novo controlador da Amazonas Energia e da Boa Vista (distribuidora de Roraima), avalia fonte ligada à equipe econômica. No caso de Eletroacre e Ceron (Rondônia), o PL não seria fundamental para a atratividade da companhia para os novos controladores e o futuro da concessão, mas faz diferença para a qualidade dos créditos que a Eletrobrás assumiu para vender as companhias.

As distribuidoras podem ser vendidas antes da aprovação do projeto de lei, mas é "desejável" que a legislação seja alterada para que a Eletrobrás tenha menos problemas financeiros com passivos assumidos pela holding. Das seis, Ceal (Alagoas) e Cepisa (Piauí) são as duas que não dependem do PL. O problema, no

caso da Ceal, é a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que barra a venda da concessionária. **(Colaboraram Rafael Bitencourt, de Brasília, e Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: 'Penduricalhos' farão com que tarifa siga em alta por cinco anos, prevê associação

A privatização das distribuidoras da Eletrobrás deixará uma conta elevada para o consumidor, na avaliação da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Segundo o presidente da entidade, Edvaldo Santana, com tantos penduricalhos incluídos no setor, não há chances de a tarifa de energia ser reduzida, pelos menos nos próximos cinco anos.

"É possível privatizar as distribuidoras da Eletrobrás e resolver o problema do GSF [sigla em inglês para Fator de Ajuste de Garantia Física, relativo ao risco hidrológico], mas estamos deixando uma conta muito grande para o consumidor", disse ele ao **Valor**. "A tarifa não tem a menor chance de redução nos próximos cinco anos", completou, lembrando de outras contas do setor, como o empréstimo feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para socorrer as distribuidoras e as indenizações às transmissoras. Ambos foram repassadas ao consumidor.

Segundo Santana, considerando todos os itens incluídos no Projeto de Lei nº 10.332, encaminhado ontem ao Senado, haverá um impacto para o consumidor de 5% a 6% no valor da conta de energia.

Uma das emendas aprovadas repassa para todos os consumidores do país o custo do furto de energia no Acre e em Rondônia pelos próximos seis anos. Segundo a Abrace, apenas isso significaria um impacto de R\$ 800 milhões ao ano, ou de 0,4% na tarifa. Para um analista do setor, porém, o efeito seria de R\$ 300 milhões.

Segundo Santana, a ideia da entidade agora é trabalhar junto ao Senado para tentar derrubar essa e outras emendas que encarecem a tarifa de energia. O problema é que, se o Senado derrubar essas emendas, o texto terá que voltar para a Câmara.

Há também a possibilidade de veto do presidente, após a votação no Senado. "Mas não sabemos se o governo tem condições de bancar o veto", disse Santana.

O **Valor** apurou que, no entendimento do governo, não privatizar as distribuidora gera um custo ao consumidor ainda maior.

Com relação ao GSF, foi aprovada no PL 10.332 uma emenda que permite um acordo com empresas para abrirem mão de liminares que geram inadimplência de R\$ 6,4 bilhões e travam o mercado de curto prazo de energia. A medida foi considerada positiva pelo Instituto Acende Brasil.

"O PL abre caminho para solução de liminares que estão defendendo geradores e consumidores, mas que estão paralisando o mercado", disse o presidente da instituição, Cláudio Sales. Segundo ele, "se nada for feito", a inadimplência pode chegar a "dois dígitos", ou seja, acima de R\$ 10 bilhões.

Ontem, a CCEE finalizou a liquidação do mercado referente a maio, que só movimentou R\$ 1,6 bilhão dos R\$ 9,2 bilhões contabilizados. Do valor não pago, R\$ 6,4 bilhões são de estão relacionados a liminares de GSF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto, Andrea Jubé e Kauanna Navarro | De Brasília e São Paulo

Título: Tabela do frete desagrada setor produtivo e anistia multas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a criação de um preço mínimo para o frete rodoviário, medida provisória (MP) editada pelo governo para acabar com o protesto dos caminhoneiros contra a alta dos combustíveis, mas que desagrada a indústria e o agronegócio por elevar os gastos com o serviço. O texto incluiu, num "jabuti", a anistia de multas aplicadas pela paralisação das rodovias e locaute.

O projeto só deve ser votado pelo Senado Federal em agosto, na volta do recesso parlamentar, e há uma promessa de que essa anistia será vetada. O PSB, da oposição, fez destaque para excluir esse artigo do projeto, mas aceitou aprová-lo simbolicamente com o compromisso de que o governo vetará depois.

O acordo ocorreu porque, caso o PSB insistisse na votação nominal, a sessão poderia cair por falta de quórum - menos de 50 deputados acompanhavam a negociação no plenário. Quem deu a palavra de que haverá veto, contudo, não foi um representante oficial do governo na Câmara, mas o relator da MP, o deputado Osmar Terra (MDB-RS). "O governo se dispõe a vetar esse artigo e na votação o veto discutir se tem ou não multa", disse Terra.

Interlocutores do Executivo no Congresso disseram que não há compromisso do Palácio do Planalto com o veto. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, comemorou a aprovação, mas não foi assertivo. "É possível sim que em relação a isso se estabeleça o veto", disse, antes de lembrar que o Senado ainda precisa votar o texto. "Vamos verificar o texto final e avaliar."

O Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou quase R\$ 1 bilhão em multas a transportadoras por locaute (greve a mando dos patrões, o que é ilegal). Além disso, também aplicou-se multas em caminhões parados em rodovias e que atrapalhavam o trânsito. Autor da emenda da anistia e dono de frotas de caminhões, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) defendeu que a medida é necessário porque há empresas avaliadas em R\$ 300 mil e multas em R\$ 11 milhões. "Se não tiver anistia, vai quebrar mais de 50% das empresas de transporte. É impossível um ministro do STF saber, de Brasília, porque o caminhão está parado nas estradas."

O projeto incluiu também ontem outro tipo de anistia, agora para as empresas que contrataram os serviços desde o dia 30 de maio e ignoraram a tabela do frete. Essas empresas seriam obrigadas a pagar o dobro do valor devido aos caminhoneiros pela tabela, descontado o que já foi pago. Agora, caso o texto seja aprovado, essas penalidades serão revogadas até 19 de julho.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) terá um prazo - que terá que ser revisto pelo Senado, já que a Câmara aprovou o dia 20 de julho - para elaborar uma nova tabela com a relação dos "custos mínimos", como combustível, pedágio e desgaste do veículo, que o caminhoneiro terá por cada trecho rodado e qual o valor do frete. A MP não diz quais serão esses valores, só o que será considerado no cálculo, e determina a revisão a cada seis meses. Há um gatilho também para que outro reajuste quando houver variação de 10% no preço do óleo diesel, para mais ou para menos.

A indústria e o agronegócio são contra o tabelamento e já ingressaram com ações na Justiça questionando a política do preço mínimo. Afirmam que a tabela terá efeitos na inflação, ao aumentar os custos com transporte, o que será repassado para os produtos, e que é inviável a ANTT elaborar uma planilha que adequada para todos os setores. A lei da oferta e da demanda deve prevalecer, afirmam. Deputados ligados a esses setores tentaram impedir a votação da proposta, mas não conseguiram nem votar uma emenda para tornar a tabela uma mera referência, sem a obrigação de aplicá-la nos contratos.

Já Terra defende que a tabela será uma referência para os meses de menor demanda, fora da safra agrícola, e que é justo para garantir uma renda mínima para os caminhoneiros, a exemplo do salário mínimo para os trabalhadores celetistas. O próprio agronegócio já aplica uma política de preço mínimo com os

produtores, argumentou, e na maior parte do ano os valores do frete serão maiores do que os da tabela.

Os produtores rurais têm pressionado o Congresso a derrubar a tabela e divulgado grandes prejuízos para sensibilizar os parlamentares. O potencial de perdas do setor de grãos em Goiás, segundo o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária Goiana (IFAG), ligado à Associação dos Produtores de Soja e Milho de Goiás (Aprosoja-GO), chega a R\$ 600 milhões desde que a medida entrou em vigor em maio.

A entidade diz que, devido às incertezas causadas pela MP, os produtores têm perdido boas oportunidades de vendas. Muitas empresas compradoras diminuíram ou mesmo paralisaram o fluxo de negociações. "Já estamos sentindo e provavelmente haverá um aumento ainda maior da inflação nos próximos meses", afirmou o presidente da Aprosoja-GO, Adriano Barzotto.

A alta nos preços dos alimentos fez a inflação oficial do país (IPCA) avançar 1,26% em junho, depois de fechar em 0,4% em maio. Levantamento da Confederação Brasileira de Agricultura e Pecuária (CNA) diz que o preço da cesta básica já subiu 12% após o tabelamento de fretes. Segundo a Aprosoja, a inflação deve superar o teto da nova meta do governo federal (5,25%) em 2018, caso ocorra o repasse integral dos aumentos dos transportes para a cadeia produtiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires e Ana Siqueira

Título: O alarme de maio de 2018

A década de 1990 no Brasil foi marcada por relevantes reformas, que demandaram intenso trabalho de diagnóstico, planejamento, articulação e execução. A abertura naquela época gerou perspectivas muito promissoras, cenário que contrasta muito com a realidade atual. O País padece de graves problemas decorrentes da forte intervenção do governo na economia e pelo imenso escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava Jato. O mais recente alarme veio da paralisação dos caminhoneiros, a crise de maio de 2018.

A combinação de um Estado intervencionista com um baixo nível de governança e uma supervisão falha deixou o terreno fértil para essa indesejável mudança de rumo. No caso da crise do transporte de carga, faltou planejamento em pelo menos duas dimensões: a distorção da matriz energética para o setor de transportes e potencial impacto dos preços de combustíveis na economia. O governo deveria ter se preparado, para um eventual cenário de aumento

expressivo de preços de combustíveis desde 2016, quando a Petrobras tornou pública a sua nova política de alinhamento com preços internacionais.

Diante do caos gerado pela paralisação dos caminhoneiros, o governo optou pelo tabelamento dos fretes e a criação da conta diesel, o que representou mergulhar no túnel do tempo. Isso gerou um pesado ônus para a sociedade e duro golpe para atração de players privados para atuação em refino. A história recente, mostra que a despeito da Lei de Petróleo e da Lei das SA, o governo exerceu forte influência na política de preços da Petrobras, em especial, no período de 2011 a 2014, gerando prejuízos e um alto de endividamento.

Caso houvesse players privados relevantes no segmento de refino, o controle de preços seria visto como quebra de regras, algo que causaria um impacto muito negativo ao país e ações nos órgãos de defesa da concorrência contra tais práticas. A possibilidade de existência de players privados se tornou ainda mais distante face à decisão cautelar proferida pelo Ministro Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, que fez a Petrobras suspender processos de venda de participações nas refinarias do Nordeste e Sul.

País precisa ter um planejamento energético de qualidade, de longo prazo, blindado contra mudanças de governo

Voltando à crise de maio, a solução transitória deveria ter sido a introdução de um gatilho para o reajuste de preços-refinaria da gasolina e do diesel, baseado no acúmulo de determinada variação percentual de preços (aumento ou redução). Não faz sentido discutir a precificação dos segmentos de distribuição e revenda, pois atuam em mercados onde há concorrência. Como solução definitiva, a criação de um imposto regulatório flexível que abastecesse um Fundo de Estabilização dos Preços permitindo não repassar ao consumidor a volatilidade do preço do petróleo e da taxa de câmbio. Visando garantir a criação desse mecanismo do Fundo, com repartição do risco de preço entre os vários participantes do mercado, seria criada uma Contribuição sobre Combustíveis (CSC). No caso da gasolina, o imposto flexível é importante para garantir a competitividade do etanol, pois qualquer alteração no preço da gasolina impacta o etanol. E por fim, esta proposta vai ao encontro de uma demanda da sociedade, claramente exposta na greve, por tributos justos, eficientes e ambientalmente corretos. Importante ressaltar que o imposto flexível existe, e funciona muito bem, em lugares onde prevalecem as regras de mercado na formação dos preços, a exemplo dos países europeus.

A crise de maio de 2018 comprova que falhas na atuação do governo têm potencial para gerar externalidades bastante negativas para a população e setores da economia do País. O Estado brasileiro precisa melhorar a qualidade da sua governança, planejamento e gestão. Especificamente no caso do setor de

energia, o País precisa ter um planejamento energético de qualidade de longo prazo, blindado contra mudanças de governo, que considere com seriedade temas como, políticas regionais, novas tecnologias, eficiência energética, fontes renováveis e redução da participação de combustíveis fósseis na matriz brasileira. Não podemos virar as costas para questões globais relativas à indústria.

O Estado brasileiro tem atuação relevante em setores-chave da economia, notadamente através da Petrobras e Eletrobrás. A qualidade da governança adotada tem destacado papel na criação ou na destruição de valor de uma empresa e as externalidades negativas causadas por falhas em governança podem ser expressivas, como mostra o recente história destas empresas. A evolução institucional no campo da governança corporativa é notória no país com os lançamentos do Código Amec de Stewardship, do Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), e da Instrução 586 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - normativo que exige das companhias abertas informe anual sobre aderência ao CBGC. mas ainda cabem alguns questionamentos.

Como as empresas responderão a esses avanços? Vão encará-los como uma oportunidade ímpar de reflexão, com transparência e genuína vontade de aprimorar suas práticas, ou como algo burocrático a ser cumprido? Como a aderência aos códigos e às novas exigências serão monitorados e mensurados pelos conselhos de administração e respectivas instituições responsáveis? Os investidores institucionais exercerão o seu dever fiduciário de monitorar as empresas e de incentivá-las a aprimorar a sua governança?

A sociedade civil, por sua vez, precisa se engajar para monitorar a qualidade da governança da União e a eficiência da gestão pública, seja através da participação individual ou através de associações. Precisamos de um Estado com boa governança e gestão e que ofereça serviços de qualidade. A sociedade precisa estar cada vez mais consciente, crítica e ciente do seu poder de vocalização, potencializada pelo uso das mídias sociais. Precisamos avançar e outubro é uma boa oportunidade.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

Ana Siqueira CFA - é especialista em governança corporativa

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Inadimplência na CCEE

A liquidação das operações do mercado de curto prazo de energia de maio movimentou R\$ 1,62 bilhão dos R\$ 9,17 bilhões contabilizados, inadimplência de 82,3%, informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Do montante não pago, R\$ 6,43 bilhões se referem às liminares que limitam os efeitos do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês) no mercado livre, e R\$ 1,12 bilhão representa outros valores em aberto da liquidação. Os agentes credores que não têm liminares que priorizam o pagamento dos créditos não receberam nada neste mês. Segundo a CCEE, não houve recursos suficientes para efetivar esses pagamentos depois de atender as outras liminares que "furam a fila" nas liquidações do mercado à vista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Disputa na CPFL Renováveis continua

A disputa entre a State Grid e um grupo de minoritários da CPFL Renováveis ganhou um novo capítulo ontem. Os acionistas protocolaram na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um questionamento ao novo preço proposto na oferta pública de aquisição de ações (OPA) da companhia, de R\$ 13,81 por ação, e criticando o que chamaram de "procrastinação" da gigante chinesa para concluir a operação.

A nova oferta da State Grid atendeu uma decisão do colegiado da CVM, que determinou que a companhia precisava apresentar uma nova justificativa de preço, alterando certas premissas utilizadas, como usar dados de Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) anuais, projeções de crescimento futuro e incorporar na conta as principais diferenças entre a CPFL Renováveis e a CPFL Energia.

A nova proposta da State Grid substituiu o preço apresentado anteriormente, de R\$ 12,20, no contexto da aquisição da CPFL Energia, controladora da Renováveis, em julho de 2016. O embate entre a chinesa e os minoritários se arrasta há mais de um ano, depois que os acionistas foram à CVM questionar o valor proposto, e a autarquia abriu um processo para verificar se havia ou não tratamento igualitário aos sócios.

Os técnicos da CVM chegaram a fazer um exercício de preços que resultou em R\$ 17,64 por ação utilizando a metodologia de Ebitda proporcional. No documento, porém, a State Grid disse ter atualizado algumas premissas usadas inadequadamente nessas contas, e chegou aos R\$ 13,81 por ação.

Na nova carta, ao qual o **Valor** teve acesso, os minoritários questionam o valor proposto. Segundo eles, o documento da State Grid criou uma "narrativa oportunista e fictícia" para o caso, ao utilizar dados gerenciais do balanço da CPFL Energia na conta no lugar dos números seguindo os padrões contábeis internacionais (IFRS). Além disso, os acionistas alegam também que o cálculo não considerou diferenças entre as companhias, como tributação, custo de dívida e prazos das concessões.

Para evitar um novo impasse, os acionistas defendem que a CVM peça à State Grid para aplicar uma metodologia baseada nas cotações das ações da Renováveis no mercado, a mesma usada para sustentar o preço pago pela CPFL Energia na época, de R\$ 25 por ação. Se o mesmo prêmio aplicado à cotação média da CPFL Energia nos 60 pregões anteriores à transação for aplicado às ações da CPFL Renováveis, o preço seria de R\$ 16,74 por ação, defendem os minoritários.

Se não for essa a metodologia escolhida pela CVM, os investidores pedem que a autarquia determine uma revisão e correção dos cálculos por parte da State Grid.

Procurada, a State Grid disse que não recebeu a carta dos minoritários e reforçou que a nova justificativa de preços cumpre as determinações do colegiado da CVM. "A State Grid seguiu cada passo do processo com transparência, boa-fé e respeito com todos os acionistas", disse em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson | Financial Times

Título: Tarifas dos EUA impactam os metais

Os preços dos metais caíram de forma generalizada ontem, afetados pelas crescentes preocupações quanto ao impacto das tarifas de importação dos Estados Unidos sobre a economia chinesa. A cotação do cobre, metal muito usado na produção de bens de consumo que foram alvo das tarifas americanas, como ares-condicionados e geladeiras, caiu 3% na Bolsa de Metais de Londres e atingiu o menor patamar em um ano.

Os preços do zinco chegaram a recuar 6% e atingiram o menor nível em Londres desde junho de 2017. O níquel, metal usado na produção de aço inoxidável e baterias de veículos elétricos, também se desvalorizou 3%.

A onda de vendas se dá depois de o presidente dos EUA, Donald Trump, ter levado adiante seus planos de impor tarifas sobre importações chinesas de mais

de US\$ 200 bilhões, intensificando consideravelmente as tensões comerciais entre as duas potências econômicas.

"O anúncio inesperado das tarifas comerciais e o provável efeito negativo que sua implementação terá no crescimento da economia mundial faz com que os metais industriais absorvam a maior parte do impacto da onda de vendas macro", disse Alastair Munro, da corretora Marex Spectron.

A China é atualmente o maior consumidor mundial de quase todos os metais, que, por sua vez, em grande parte são transformados em produtos de consumo para exportação. Além disso, setores chineses que usam grandes volumes de commodities, como os de infraestrutura e de construção civil, por exemplo, também vêm mostrando sinais de desaquecimento.

Analistas estão preocupados com os sinais de declínio na demanda real por cobre na China que podem ser observados em meio ao empenho do governo para restringir a expansão do crédito na economia. O ágio do cobre na China, que é o preço adicional que os usuários pagam pela entrega real do metal, é o menor em dez meses.

Ainda assim, o analista Colin Hamilton, do banco de investimento BMO Capital Markets, acredita que as vendas no mercado de metais foram desproporcionais em relação a outros tipos de ativos.

"Diríamos que agora a cotação dos metais básicos está levando em conta uma rápida desaceleração do crescimento mundial na segunda metade do ano e que, embora estejamos aflitos com os países emergentes (excluindo a China), no geral ainda prevemos um crescimento positivo da demanda, ainda que a um ritmo menor", afirmou Hamilton.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Ibovespa recua com Petrobras e Vale

O crescimento das tensões comerciais entre Estados Unidos e China voltou a colocar a bolsa brasileira sob pressão. Com a queda das commodities e das bolsas americanas, as ações de Petrobras e Vale foram as que mais capturaram o aumento da percepção de risco, levando o Ibovespa a perder força.

O índice chegou a recuar ontem 0,89%, aos 74.196 pontos na mínima do dia. No fechamento, reduziu em parte as perdas, mas ainda teve queda, de 0,62%, para

74.399 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 8,2 bilhões, relativamente em linha com o negociado na média dos pregões em 2018.

Em relatório de análise gráfica, o Itaú BBA afirma que o Ibovespa volta a uma zona de indefinição no curto prazo e encontra a primeira resistência em 76.500 pontos. O índice precisa "superar o desafio" de romper esse nível para recuperar a tendência de alta em direção à próxima resistência, aos 78.900 pontos. Do lado das baixas, nota o banco, a bolsa encontra suportes em 74 mil pontos e 73,4 mil pontos.

A escalada de tensões entre a China e os Estados Unidos ganhou um novo capítulo depois que a Casa Branca informou que estuda aplicar tarifas de 10% a importados chineses. A ameaça derrubou os preços do petróleo, com o contrato do Brent encerrando em baixa de quase 7%. O movimento acabou levando a Petrobras a intensificar as perdas durante a tarde, depois que a estatal passou o dia mais perto da estabilidade. A ação ordinária da petrolífera caiu 0,84%, enquanto a preferencial cedeu 1,92%. Na mesma direção ficaram as siderúrgicas - Usiminas (-4,44%), CSN (-5,02%), Gerdau (-2,36%), Metalúrgica Gerdau (-2,16%) - e a Vale (-1,35%), que também são papéis que capturam a leitura de maior risco em torno das tensões comerciais.

"Vale e siderúrgicas são as principais a capturar as tensões comerciais, mas vemos uma congruência dos mercados em torno do tema. O dólar se fortalece e mesmo a Petrobras, que vinha oscilando perto da estabilidade, sentiu os efeitos", diz Vitor Suzaki, analista de Lerosa Investimentos.

Quem também ficou entre as quedas foi Embraer (-4,34%), com a informação de que a americana JetBlue Airways irá trocar sua frota atual de 60 aviões E190, da fabricante brasileira, por aeronaves Airbus. A família de aviões A220 encomendados pela JetBlue para entrega em 2020 é a nova denominação dos jatos CSeries da canadense Bombardier - uma das principais rivais da Embraer no segmento de aeronaves comerciais de pequeno e médio porte.

MME / ASCOM .